



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Memória da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho de “Impactos das Mudanças Climáticas no Brasil e o papel do Conama na Adoção de Medidas de Adaptação”

A reunião foi realizada no dia 1º de agosto de 2007, em Brasília, no Centro de Treinamento do Ibama - Centre/IBAMA, Sala 613, sob a coordenação do conselheiro titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Otávio Bezerra Prates, e com relatoria da assessora técnica da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA Paula Bennati. Pela Secretaria Executiva do Conama, esteve presente o assessor técnico Fernando Caminati.

Esta memória limita-se a reproduzir parte dos debates, sem pretender ser uma transcrição da reunião. Boa parte das sugestões feitas para alteração do quadro não estão aqui reproduzidas, uma vez que foram incorporadas na revisão do próprio quadro.

O quadro está disponível na página do GT, no sítio do Conama, no endereço:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/B92F43DF/QuadroImpacVulnerab3GTImpacMudanClima-versaolimpa.pdf>

Coordenador Marcos Prates. Saudou a todos e deu início à terceira reunião do GT por volta das 9h45. Apresentou a pauta e partiu para o item 1, leitura e aprovação da memória da reunião anterior.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Pediu alteração das siglas da memória da reunião anterior e elogiou o trabalho de confecção da mesma, como registro dos debates do GT.

Relatora Paula Bennati. Passando à análise do quadro, a Relatora apresentou a revisão promovida no quadro de vulnerabilidades e adaptações, elaborado na reunião anterior, conforme havia sido discutido na mesma reunião, separando as ações de adaptação das de mitigação.

Coordenador Marcos Prates. Explicou ao grupo que não houve alterações de conteúdo e, que as novas inserções, se deram dentro dos macro-temas definidos na reunião anterior. Foi feita revisão do quadro. Explicou que a metodologia de trabalho consistirá na discussão dos item propostos no quadro de vulnerabilidades/medidas de adaptação, resultante das reuniões anteriores.

O grupo pediu alguns minutos para leitura e observação do quadro e das inclusões.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Temos que pensar em alguns conceitos, clarificando o tema de adaptação, que é uma questão difícil no âmbito internacional também. Há uma ânsia para que sejam feitas logo as medidas de adaptação, mas isso tem que ser bem estudado. O IPCC também fala isso. Os impactos das mudanças climáticas vão acontecer num período mais longo. O custo das adaptações é muito caro, assim em nosso país temos que usar os recursos da maneira mais eficiente possível. Há falta de indicadores consistentes no Brasil e por isso uma incerteza quanto aos possíveis cenários. É necessário fazer *downscaling*, ou seja, aplicar os cenários globais nas perspectivas reduzidas do país, estado, bacia hidrográficas, o CPTEC/INPE está fazendo isso e este trabalho terminará em dois anos. Para medidas específicas de adaptação, precisamos saber onde vai haver impacto, onde tem vulnerabilidade e qual é a medida. Mas isso não dá pra saber objetivamente. Por isso, aqui nós podemos apenas traçar as vulnerabilidades.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Comunicou que o GT Clima do Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais (FBOMS), estava se reunindo no mesmo dia em Brasília também. Estamos elaborando um documento lá, para, posteriormente, aumentar a interlocução com outros setores. É um documento que traz sugestões de adaptação e mitigação, que posteriormente encaminharemos a este grupo.

Coordenador Marcos Prates. Após registrar os comentários, o Coordenador solicitou ao grupo que voltasse à análise e comentários sobre o quadro.

Alexandre Mello (CNI). No primeiro item do quadro, considerou que falta incluir a questão socioambiental. Sugeriu também que fossem incorporados Indicadores de vulnerabilidade socioambiental como item seguinte do quadro e que fossem retirados os exemplos de indicadores no segundo item, pois os exemplos poderiam limitar as propostas de indicadores. Sugeriu ainda que fosse retirada a proposta de “faixa de não edificação” como medida geral de adaptação nas zonas costeiras e marinhas.

Paulo Garcia (MD). Sugeriu como texto para o primeiro item : “indicadores de vulnerabilidade em nível de Bem estar social, com base econômica e ambiental.”

João Carlos de Carli (CNA). Questionou o título do quadro e sugeriu a alteração “possíveis impactos” ao invés de apenas “impactos”, pois temia que o quadro fosse lido como uma enumeração exautiva de todas as vulnerabilidades.

Miriam Oliveira (FEAM/MG). Manifestou-se pela não retirada da proposta de “faixa de não edificação”.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Também se manifestou pela não retirada do item, comentando sobre a necessidade de implementar a proteção e recuperação de mangues e falésias dos impactos de ocupação da costa pelos empreendimentos imobiliários. Afirmou que as mudanças climáticas só vão piorar coisas que já estão impactando o litoral.

Larissa Schmidt (CIMGC/MCT). Observou que boa parte das propostas do grupo consistem em cumprir a lei e Sugeriu a inclusão de item específico tratando da necessidade de fortalecer a implementação da legislação vigente.

Relatora Paula Bennati. Concordou com a proposta anterior e sugeriu Inserir a vertente climática em todas as leis ambientais. Sugeriu também retirar as propostas de medidas específicas, para deixar as sugestões mais amplas para facilitar este processo de internalização.

Larissa Schmidt (CIMGC/MCT). Questionou a inclusão de expansão do uso dos recursos do mar, sugeriu que este texto fosse excluído.

Fernanda Messias (MDIC). Sugeriu Incluir item sobre o monitoramento freqüente do nível do mar.

João Carlos de Carli (CNA). Altera o título do 1.1.2 para “ inserir as questões de mudança do clima no planejamento urbano e ocupação costeira”

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Comentou que a Criação de banco de dados não é uma medida de adaptação e sim estudo de impacto e questionou se era esse o objetivo do GT. Observou que trata-se de atividade de pesquisa, que vai ser feita em outro nível. Comunicou que haverá um seminário de vulnerabilidades em zonas costeiras, em Montevideú onde serão discutidas projeções feitas com um modelo muito bom e sugeriu que Seria bom trazê-las para ilustrar as discussões da próxima reunião.

Marco Ziliotto (Instituto Ecoclima). Comentou que era Preferível trabalhar com medidas gerais e vulnerabilidades correntes.

Relatora Paula Bennati. Concordou com a observação anterior e comentou que . as medidas de adaptação serão melhores e mais eficientes quando feitas por especialistas. Aqui daríamos apenas as medidas gerais, como mapeamento dos trabalhos posteriores.

João Carlos de Carli (CNA). A gente só se adapta àquilo que já conhecemos. Melhor saber quais são os impactos, para depois vermos onde há a vulnerabilidade. Só depois disso poderíamos sugerir a adaptação. Porque o quadro geral não é tão catastrófico como a mídia nos vende, e haverá alguns impactos que podem ser positivos. Temos que ser mais claros e objetivos.

Coordenador Marcos Prates. Comentou que o GT tem por objetivo propor ao Conama uma agenda de trabalho sobre o tema das mudanças climáticas, que poderá redundar em recomendações, moções ou resoluções. Observou que se os impactos fossem mais conhecidos, teríamos mais condições de discutir medidas específicas. Como não é assim, devemos tratar o tema numa abordagem mais geral.

João Carlos de Carli (CNA). Vamos tentar ver os impactos.

Miriam Oliveira (FEAM/MG). Vamos valorizar o trabalho que já vem sendo feito.

Larissa Schmidt (CIMGC/MCT). Observou que na reunião anterior do GT (Rio), foi apresentado o Plano de Nairóbi e comentou que no plano internacional, a discussão de adaptação é muito ampla. O IPCC não diz o que são medidas de adaptação, ele apenas faz uma revisão científica do que vem sendo estudado. E a maior parte desses estudos vem do Hemisfério Norte, o que reflete as preocupações daquela sociedade. Temos que ampliar isso aqui, impulsionar a pesquisa, capacitação, troca de informações. Acho que isso tem que entrar nas metas delineadas pelo relatório do GT.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Observou que o volume de informações que temos é muito grande. Por isso temos que estabelecer as metas gerais para o Conama sugerir as ações necessárias. Falta pesquisa para indicar os dados. Podemos seguir nesse trabalho.

João Carlos de Carli (CNA). Sugeriu um item sobre criação de centros de pesquisa.

Coordenador Marcos Prates. Sugeriu o seguinte item “Melhorar a sistematização e disseminação de estudos”

Alexandre Mello (CNI). Sempre falamos “mudanças climáticas”, mas o termo usado corretamente por pesquisadores é “mudança do clima”.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). A tradução oficial do título da convenção é Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Larissa Schmidt (CIMGC/MCT). Sugeriu introduzir na formatação final a redação “ampliação de estudos, redes de pesquisa” num parágrafo inicial, tirando esta informação da área de impactos.

Leíza Dubugras (Casa Civil). Comentou que temos que conhecer o que existe, antes de propor coisas que nós nem sabemos se já existem ou não. É perigoso inserir isso num documento geral, expondo o Conama a uma situação constrangedora perante outras instituições públicas. Devemos fazer esse levantamento, antes de inserir essas determinações aqui no GT. Vamos ver se esses dados, que são públicos, se há divulgação à sociedade. Concordo com a idéia de trabalhar com conceitos.

Demétrio Toledo (MDIC). Observou que o quadro de vulnerabilidades e adaptações é um meio, não é o produto final. Ele reúne as contribuições das apresentações exibidas pelos palestrantes do Painel de Debates sobre Mudanças Climáticas da 50ª Reunião Extraordinária do Conama, realizado em maio, no Rio de Janeiro, mais as sugestões da nossa reunião anterior. Aqui estão as idéias que vão constar no relatório.

Relatora Paula Bennati. Comentou que o GT Tem que se concentrar nas vulnerabilidades correntes, com essa recomendação do Conama, de que sejam consideradas essas vulnerabilidades quando dos estudos para a implementação da adaptação. Medidas de adaptação muito específicas, ficam para um momento posterior, talvez até com consulta ou orientação direta de especialistas. Se tivermos sugestões gerais de medidas de adaptação, é claro que podemos incluir, como as de pesquisa, banco de dados etc. Do contrário, não vamos evoluir nesse debate ponto a ponto.

Alexandre Mello (CNI). Observou que o GT não tem subsídios técnicos para falar de impactos ou medidas específicas.

João Carlos de Carli (CNA). Sugeriu Trocar a redação “criação” por “fomentar redes de dados”, que poderá ser um instrumento melhor para disseminar melhor os dados.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Observou que a questão é que os dados existem, mas não são feitos com a visão atual relativa às mudanças climáticas. E não projeta cenários relacionados à mudança do clima.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Comentou que o GT Deveria colocar a proposta de forma genérica, para evitar a colocação de propostas sem identificar quem vai fazê-las.

Larissa Schmidt (CIMGC/MCT). Sugeriu a manutenção da proposta no item de recursos hídricos, mantendo orientações gerais das vulnerabilidades e das necessidades de pesquisa.

Alexandre Mello (CNI). Observou que Mais uma vez o GT fala de estudos. Tem que ter uma linha mestra no início do documento, se não isto será introduzido em todos os itens.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Comentou que nem sempre os extremos climáticos são vinculados à mudança do clima e sugeriu que se faça uma nota de rodapé explicando isso. Quanto à proposição da medida de adaptação de capacitação da defesa civil, observou que a proposta é fundamental, porque este serviço em algumas regiões do Brasil ainda está muito aquém do necessário e despreparado para a mudança do clima.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Indagou quanto ao nível de conhecimento da defesa civil sobre mudança do clima e extremos climáticos. Observou que a Convenção sobre Mudança do Clima tem interface com a Convenção de Desertificação e o GT deveria verificar estas relações e incluí-las no documento.

Nelson Freitas (ANA). Observou que a Defesa Civil de Santa Catarina fez ótimo trabalho quando houve a passagem do Ciclone Catarina e comentou que o GT tem que tomar cuidado com termos como “capacitação”, porque já há bastante conhecimento em determinadas áreas para este tipo de ações.

Eliane Lima e Silva (MS). Sugeriu incluir ainda no título sobre recursos hídricos item “Fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil” como medida geral de adaptação e observou que o corpo de bombeiros está incluído neste sistema. Inclusive o Sistema de Defesa Civil trabalha em conjunto com o INPE e recebe dados diretos dele.

João Carlos de Carli (CNA). Falou da proposta de plantio direto da CNA. Complementou sugerindo a realização ou, nos casos em que já existe, observação do zoneamento agrícola. Pediu interface entre os zoneamentos existentes.

Nelson Freitas (ANA). Observou que o gerenciamento que está se pensando é com relação às mudanças que o uso do solo vai sofrer com as alterações do clima. Refazer os zoneamentos, de acordo com as mudanças que vierem, o zoneamento qualquer que seja deverá ser dinâmico.

Bruna Craveiro (MMA). Observou que a proposta deve utilizar o Zoneamento Ecológico-Econômico. Interface entre todos os instrumentos de gerenciamento ambiental (Agenda 21, áreas protegidas, unidades de conservação etc) Promover a interface entre as áreas destinadas, no zoneamento, para agricultura e proteção.

Miriam Oliveira (FEAM/MG). Acredito que o caminho é a transversalidade das ações.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Reagiu contra a proposta de inclusão de item para manter a floresta de pé, porque tal medida entra na área seqüestro de carbono, MDL e o comprometimento com metas pode trazer implicações para as negociações internacionais do país.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Manteve a proposta para a manutenção da qualidade de vida e para a qualidade ambiental do país, porque considera boa. Sem que isso comprometa a negociação do país nos foros internacionais.

Eliane Lima e Silva (MS). Observou que no Ministério da Saúde existe preocupação com as queimadas. O país não tem como continuar com isso. A queima não se justifica.

João Carlos de Carli (CNA). Comentou que em São Paulo querem diminuir a queimada, substituindo-a por derrubada mecanizada. O governo do Estado pediu que essa troca fosse feita aos poucos, porque geraria muito desemprego. É uma questão econômica também.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Observou que não é possível hoje fazer um mapa de vulnerabilidades econômicas e não existe Mapa de adaptação

Miriam Oliveira (FEAM/MG). Pediu que fosse mantida a sugestão de realização e melhor divulgação de inventários de emissões, pois na maioria dos casos estes inventários não existem, não se encontram ou, quando existem e se encontram, não estão padronizados, o que dificulta muito sua interpretação.

Alexandre Mello (CNI). Observou que Os inventários de emissão não são uma medida de adaptação.

Bruna Craveiro (MMA). Concordou que não se trata de uma medida de adaptação. O enfrentamento das mudanças climáticas leva a ações de mitigação e de adaptação. No caso aqui estamos para discutir medidas de adaptação dentro do Conama. Esta medida proposta é uma medida de mitigação.

João Carlos de Carli (CNA). Acho que o item não entra aqui.

Demétrio Toledo (MDIC). Observou que a indústria vai ter que se adaptar a uma realidade de cenário em que terá que restringir suas emissões e que isso virá com o tempo, mas que muitas empresas já estão atentas a esta problemática.

Alexandre Mello (CNI). Observou que Restrição de emissões é medida de mitigação.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Sugere incluir na indústria a busca de novas tecnologias, assim como foi feito com os novos cultivares. Comprometeu-se a encaminhar posteriormente a proposta de redação.

Eliane Lima e Silva (MS). Comentou sobre a necessidade de Fortalecer a Vigilância Sanitária, atenção à saúde e o Sistema Único de Saúde – SUS para atenderem às mudanças nas questões de saúde humana com os cenários de mudança do clima. O Ministério da Saúde está fazendo estudos sobre os comportamentos de vetores transmissores de doenças com estes cenários. O MS também tem uma área voltada para desastres, que trabalha em parceria com a defesa civil. Comprometeu-se a enviar à Secretaria do Conama uma nova versão do trecho sobre saúde no quadro para ulterior incorporação ao documento.

Nelson Freitas (ANA). Questionou a estrutura do documento. Sugeriu a adoção de inclusão de um termo genérico, seguido de termos mais específicos, que possibilitem a preservação da visão de cada um dos integrantes do GT.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Observou que a metodologia da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação diz que no Brasil não há áreas desertificadas. Sugeriu retirar o termo, deixando as referências associadas ao semi-árido.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Observou que o Brasil tem áreas em processo de desertificação sim. E temos até um plano de combate à desertificação no âmbito do MMA.

Luiz Novais de Almeida (MAPA). Temos áreas desertificadas sim.

Eliane Lima e Silva (MS). Sugeriu a inclusão de item sobre a inserção do tema mudança do clima como matéria transversal na educação.

Mauricio Andrés (ANA). Comentou sobre a necessidade de Promover o diálogo deste GT de Adaptação às Mudanças Climáticas com a Conferência Nacional do Meio Ambiente, que, neste ano, terá o tema de mudanças climáticas, na tentativa de fazer convergirem as propostas das duas instâncias a fins comuns.

Marco Ziliotto (Instituto Ecoclima). Sugeriu Proposta sobre segurança energética, diversificando a matriz para suportar as mudanças do clima. Checar monitoramento ambiental de ocupação.

Miriam Oliveira (FEAM/MG). Comentou que em recente reunião conjunta do Sistema Estadual de Meio Ambiente de MG, com o Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, realizada em Belo Horizonte, percebemos que há dificuldade de diálogo entre os diversos órgãos. Portanto, o fortalecimento institucional é importante no sentido de consolidar um instrumento único de enfrentamento da Mudança do Clima.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Reafirmou a necessidade de procurar a interação e a transversalidade.

Eliane Lima e Silva (MS). Lembrou que no âmbito do Mercosul há uma Comissão de Vulnerabilidades às Mudanças Climáticas, na qual o Brasil, através do Ministério da Saúde, fechou acordo com a Venezuela.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (CIMGC/MCT). Observou que os modelos já existem. Temos que colocar as variáveis no sistema e rodá-lo para que ele possa emitir as projeções. Estes cenários já estão sendo feitos, com perspectivas de em dois anos contemplarem projeções válidas até 2100. Sobre a sugestão de mudanças na matriz energética do país, concorda que se trate de uma medida de adaptação à mudança do clima. Mas ponderou que, no caso específico brasileiro, em que a maior parte da energia consumida é de fonte hidrelétrica, a mudança da matriz para patamares mais seguros do ponto de vista climático e com menos emissões nos levaria a adotar a energia nuclear. E que este é um tema complicado do ponto de vista ambiental, que portanto se fizesse estas sugestões com bastante atenção.

Coordenador Marcos Prates. O Coordenador submeteu à consideração do grupo cada item do Quadro apresentado no início da reunião, além das sugestões apresentadas durante a mesma, sendo que os itens e sugestões sobre as quais não houve consenso foram assinalados para constarem da nova versão do Quadro com a observação “sem consenso” e solicitou à Relatoria que preparasse uma primeira minuta do Relatório do GT, com base no quadro de

impactos/vulnerabilidades discutido nessa reunião e em todas as informações levantadas nas reuniões realizadas até o momento, assim como, nas sugestões trazidas pelos especialistas participantes do Painel de Debates da 50ª Reunião Extraordinária do Conama. Esta minuta inicial de relatório terá uma introdução que reflita estes anseios e trace as vulnerabilidades já mapeadas, e será disponibilizada para conhecimento prévio do GT e discussão na próxima reunião.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Perguntou sobre a consulta aos setores acerca das atividades de adaptação já em andamento ?

Coordenador Marcos Prates. Declarou que a secretaria do Conama fará a consulta aos órgãos. A Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA já está incorporando essas sugestões na elaboração de seu Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. Sugeriu, ainda, que posteriormente seria bom fazer uma espécie de consulta pública em cima do relatório. Registrou, por fim, que a relatora Paula Bennati participará de evento promovido pela Abema (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente), em Manaus, nos dias 16 e 17, representando o GT, apresentando os temas que vem sendo debatidos até então e colhendo informações das entidades estaduais de meio ambiente para o relatório.

Maurício Andrés (ANA). Sugeriu incorporar no relatório do GT as sugestões atinentes ao tema aprovadas na primeira e na segunda edições da Conferência Nacional do Meio Ambiente, assim como as sugestões inseridas na Agenda Nacional do Meio Ambiente, documento elaborado pelo próprio Conama e ainda pendente de aprovação pelo Plenário.

Francisco Iglesias (ASPOAN-IMARH). Comentou que a Relatoria poderia também começar a pesquisar e indicar quais medidas de adaptação poderão ser editadas no âmbito do Conama, já indicando algumas ações que o GT poderá trabalhar futuramente.

Coordenador Marcos Prates. Observou que no relatório final, haverá estas e outras sugestões de encaminhamentos, remetendo às outras câmaras técnicas as matérias que forem de competência destas e delineando ações possíveis de serem implementadas pelo próprio Conama.

Miriam Oliveira (FEAM/MG). Sugere que se leve a próxima reunião para Belo Horizonte, oferecendo apoio do Governo do Estado de MG para a realização da mesma.

Coordenador Marcos Prates.. Declarou que o GT recebe a sugestão, que será encaminhada à Secretaria Executiva do Conama para análise. Observou que a Próxima reunião seria realizada, preferencialmente, na primeira quinzena de setembro, se possível, de acordo com a melhor data no calendário do Conama, a ser verificado pela Secretaria Executiva. Agradeceu a presença e a contribuição de todos e deu por encerrada a reunião.